

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.084 - MS (2019/0228595-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : **IVONE FERREIRA BRANCO LEÃO**  
**RECORRENTE** : **IRENE FERREIRA BRANCO**  
**RECORRENTE** : **MARIA APARECIDA PEREIRA BRANCO**  
**RECORRENTE** : **RENATO PEREIRA BRANCO**  
**RECORRENTE** : **SANDRA REGINA BRANCO LOPES**  
**ADVOGADO** : **JOSÉ ANTONIO SOARES NETO - MS008984**  
**RECORRIDO** : **MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO**  
**PROCURADOR** : **CARLOS ROGÉRIO DA SILVA - MS008888**  
**RECORRIDO** : **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS**  
**MUNICIPAIS DE MUNDO NOVO-MS**  
**ADVOGADO** : **ADELMO ANTONIO URBAN - MS007333**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AÇÃO REVISIONAL DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. INCORPORAÇÃO DE HORAS EXTRAS. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA ÀS RAZÕES DE DECIDIR E DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. INVIÁVEL O REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado (fls. 438-439, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL DA PARTE AUTORA – AÇÃO REVISIONAL DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – MOTORISTA – PRELIMINARES – NULIDADE DA SENTENÇA INFRA E EXTRA PETITA – AFASTADA – LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO MUNICÍPIO – RECHAÇADA – MÉRITO – INCORPORAÇÃO DE HORAS EXTRAS – IMPOSSIBILIDADE – CARÁTER EVENTUAL DA VERBA – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

I – Preliminares. Nulidade da sentença infra e extra petita. O fundamento utilizado pelo apelante não conduz à alegada nulidade por julgamento ultra petita, uma vez que o pedido da inicial foi devidamente analisado e a insurgência da parte autora no que tange os pedidos sucessivos afastados, querendo em realidade, a reforma do julgado no mérito e não a nulidade por julgamento ultra petita. De igual modo, o julgador na origem decidiu de

acordo com a causa de pedir próxima posta na lide, que se refere diretamente às horas extras recebidas e a possibilidade de incorporação, hipótese na qual não se verifica que a sentença foi extra petita.

II – Legitimidade passiva ad causam. O Município não é legítimo para responder demanda na qual se busca a revisão de proventos de aposentadoria, cujo pagamento é de incumbência do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Mundo Novo.

III – As horas extras compõem a remuneração do servidor, todavia, não integram o vencimento base, razão pela qual torna-se impossível sua incorporação, haja vista ser verba de caráter eventual.

IV – Não se aplicam princípios, normas e interpretações trabalhistas aos servidores públicos estatutários. Sentença mantida.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 481-486, e-STJ).

O recorrente sustenta ofensa ao artigo 489, § 1º, IV, e 1.022, II, parágrafo único II, do CPC/2015, argumentando que a Corte de origem não analisou especificamente se havia regramento a determinar a repercussão das horas sobre a remuneração, bem como, se esta era a base para os recolhimentos previdenciário e consequente base para o cálculo da renda inicial de sua aposentadoria. Defende que "o pleito não pretende a incorporação das horas sobre a remuneração e sim o reconhecimento de que isto era o correto, conforme regramento municipal e sobre tal remuneração era efetuado o recolhimento previdenciário, pelo que, sobre este valor é que deveria ser realizado o cálculo da renda mensal inicial de seu benefício e não sobre o seu salário base" (fl. 492, e-STJ).

Sem contrarrazões (certidão, fl. 501, e-STJ).

Juízo negativo de admissibilidade às fls. 503-505, e-STJ.

Decisão de conversão do agravo em recurso especial (fl. 536, e-STJ).

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasto a alegada violação do art. 1.022, II, parágrafo II, do CPC/2015, pois o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, embora contrária ao interesse do recorrente, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Consoante entendimento desta Corte, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

Nesse sentido, confira:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TARIFA DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. ALEGADA OFENSA AO ART. 489, §1º, IV, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE NOVAS PROVAS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. IMPOSIÇÃO DE MULTAS. DESCABIMENTO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

**III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "o enfrentamento dos argumentos capazes de infirmar o julgado, mas de uma forma contrária ao buscado pela parte, não caracteriza o defeito previsto no art. 489, § 1.º, inciso IV, do CPC/2015"** (STJ, AREsp 1.229.162/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/03/2018). No mesmo sentido: STJ, AgInt no REsp 1.683.366/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 30/4/2018.

(...)

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.255.946/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/6/2018)

Com efeito, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, consignou que, *in verbis* (fls. 1.255-1.258, e-STJ):

[...]

Com efeito, a partir da vigência da Lei Municipal nº 271/1991 foi instituído o programa municipal de seguridade social, denominado "Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Mundo Novo", na condição de pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e contábil e personalidade jurídica própria, a responsabilidade pela gestão do regime próprio de previdência social dos servidores públicos do Município de Mundo Novo (f. 238-251).

No caso dos autos, o servidor foi aposentado compulsoriamente em 1º/07/2005 (f. 2), tendo sido proposta a ação em 21/09/2012 (f. 1). Portanto, desde a aposentadoria do autor, não é mais de responsabilidade do Município, o pagamento de sua remuneração, não podendo este responder pela presente demanda.

[...]

Extrai-se dos autos que o autor, servidor público do Município de Mundo Novo, foi compulsoriamente aposentado em 01/07/2005, através da Portaria 114/2005, publicada em 22/7/2005, quando viu sua remuneração mensal reduzida, em razão do decréscimo das horas extras habituais no cálculo de sua renda.

Segundo diz o autor, recebia ele de modo fixo e invariável 80 horas extras com adicional de 100% por mês de serviço.

Defende que o recebimento da referida verba de forma fixa e invariável representa a utilização pela Administração Pública de artifício arbil para lesar o servidor, na medida em que a verba, na realidade, compunha seus vencimentos de forma efetiva, dada sua habitualidade, devendo, pois, ser considerada no cálculo da renda inicial dos proventos do autor pra fins de aposentadoria.

Dito isso, persegue nesta demanda, a incorporação do valor correspondente às 80 horas extras pagas com adicional de 100% ao mês nos vencimentos do requerente em caráter permanente, com a consequente condenação do requerido a revisar o benefício de aposentadoria concedido ao requerente incluindo o valor das horas incorporadas no cálculo dos proventos iniciais da aposentadoria e condenando o requerido ao pagamento do benefício com valor revisado a partir da concessão inicial administrativa.

Sucessivamente requer a incidência das horas extras na remuneração base para o cálculo dos proventos de aposentadoria, condenando-se o requerido a revisar o benefício de aposentadoria concedido ao requerente considerando

também no cálculo os valores percebidos a título de horas extras e condenando-se o requerido ao pagamento do benefício com valor revisado a partir da concessão inicial administrativa.

[...]

Como bem ponderado pelo julgador na origem, "as horas extras são destinadas a remunerar o serviço excedente realizado pelo empregado, seja ele da iniciativa privada ou pública. Assim, de natureza transitória".

E, conquanto o apelante invoque o pagamento das horas extras prestadas com habitualidade para justificar assim uma suposta desvirtuação da verba, da leitura atenta dos autos, percebe-se que com relação à incorporação ou recebimento de indenização pela supressão repentina das horas extras habituais, nenhuma razão assiste ao apelante, senão vejamos.

[...]

De outro lado, além da transitoriedade do adicional, não restou demonstrada a existência de lei municipal que autorize a pretendida incorporação de horas extras aos vencimentos do servidor e a tese do apelante de que não há norma jurídica que impeça tal pretensão não merece prosperar, pois, é cediço que a Administração Pública só pode fazer o que a lei determina, consoante ao princípio da legalidade (art. 37, caput da CF), ao contrário dos particulares que podem fazer tudo o que a lei não proíba.

[...]

Como se vê, a Corte de origem, ao rejeitar os argumentos do apelante, fundamentou sua decisão com base na Lei Municipal n. 271/1991, o que impede o conhecimento do recurso especial nesta Corte Superior por demandar interpretação de normativo estranho à legislação federal. Aplica-se ao caso a Súmula 280/STF.

Por outro lado, a recorrente em suas razões do recurso especial não infirma todos os fundamentos do voto condutor, incidindo, na espécie, o teor das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na fundamentação e ausência de impugnação específica às razões de decidir, posto que impõe-se a quem recorre o ônus de observar o contexto em que os fundamentos da decisão foram lançados e impugná-los, de forma individualizada e específica (EAREsp 746.775/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 19/9/2018), o que não ocorreu no caso dos autos.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE.

PRETENSÃO À PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. DESCABIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

**III - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283**

do Supremo Tribunal Federal.

**IV - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.**

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.661.222/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 14/5/2018)

Por fim, à margem do alegado pelo recorrente, mantém-se o resultado do julgamento, porquanto não há como alterar as conclusões a que chegou o Tribunal de origem sem demandar o necessário revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em apelo excepcional por óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial**, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator